

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A cultura da inadimplência - CECILIA MACHADO 3

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores de 40 categorias prometem ir para a rua hoje 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Prova de força entre servidores e governo 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ao visar reajuste, servidores federais vão às ruas hoje 8

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Por reajuste, ato da elite ganha adesão de ampla base 10

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SERVIDORES Carf suspende julgamentos 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para regularização de débitos deve ser ampliado 12

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita adia retorno presencial 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Tratando igualmente os brasileiros (Artigo) 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Ação no Supremo contra mudança nos precatórios 16

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

LIRA CRITICA GOVERNADORES POR DESCONGELAMENTO DO ICMS 17

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco vai pautar projeto da redução de preços 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Investidor deixa Brasil de lado 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Folha lança calculadora de inflação para IPCA, IGP M, INPC e INCC 21

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Nada a comemorar no front fiscal (Artigo) 23

Terça-Feira, 18 de Janeiro de 2022

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

Indicadores apontam estouro da meta e PIB abaixo de 0,3%..... 25

A cultura da inadimplência - CECILIA MACHADO

CECILIA MACHADO

Aprovado na Câmara ao fim de 2021, porém vetado pelo presidente no início de 2022, o refinanciamento das dívidas dos pequenos empresários -batizado de Relp (Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional), mas conhecido como o novo Refis do Simples- deve ganhar protagonismo assim que o recesso parlamentar terminar.

Pela justificativa oficial, o veto é decorrente de o benefício fiscal implicar renúncia de receita, o que fere as regras fiscais. O programa, entretanto, tem apoio unânime dos congressistas, e a própria Presidência já trabalha com publicação de um decreto, uma espécie de solução provisória que prorroga o prazo de regularização das dívidas, enquanto o veto não for derrubado pelo Congresso.

Por ele, as pequenas empresas do Simples, os microempreendedores individuais e empresas em recuperação judicial poderão renegociar suas dívidas tributárias, com descontos sobre juros, multas e encargos proporcionais à queda de faturamento durante a pandemia.

Pode-se debater se a Covid-19 é condição extraordinária para justificar a leniência do fisco, mas esse é apenas mais um entre inúmeros outros programas ditos "excepcionais" de parcelamento de débitos tributários.

Ao longo das últimas duas décadas, foram criados cerca de 40 programas semelhantes com expressivas reduções nas multas e encargos e prazos de pagamento extremamente longos.

Entre eles, o Parcelamento Especial (2003), o Parcelamento Excepcional (2006), o Programa Refis da Crise (2008), a Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Reabertura do Refis da Crise (2013-2014), o Programa de Regularização Tributária (2017), o Programa Especial de Regularização Tributária (2017), o Parcelamento Especial para Débitos do Simples Nacional (2018) e o Programa de Regularização Tributária Rural (2018).

Sem contar as renegociações setoriais, como com as instituições de ensino superior e as entidades

desportivas e beneficentes, e as renegociações com os entes federados, como o Parcelamento Especial para Débitos Previdenciários de Estados e Municípios (2018).

A enorme lista mostra que existe um padrão recorrente na forma como os débitos tributários com a União são tratados pela classe política, que insiste na renegociação como a melhor forma de reaver uma dívida. Argumenta-se que o custo da renegociação não é elevado e que ela aumenta a arrecadação de dívidas que jamais seriam pagas. O argumento é falso.

Cerca de metade dos optantes pelos parcelamentos especiais torna-se inadimplente, de acordo com estudo da **Receita Federal** de 2017. Outra parte acaba por incluir a dívida parcelada em outro programa superveniente, o que faz com que muitos contribuintes incorporem a cultura de não pagamento na expectativa de um novo programa de parcelamento com condições especiais. Poucos são capazes de liquidar o montante devido.

No caso específico dos contribuintes do Simples Nacional -que já contam com um regime de tributação diferenciado de R\$ 82 bilhões de isenção em **impostos**-, o mesmo relatório indica que apenas 0,52% dos parcelamentos foram liquidados, enquanto 49% foram encerrados por inadimplência.

A renegociação recorrente das dívidas tributárias perpetua um padrão: quem deve sempre é perdoado, e, por isso, eventuais punições à inadimplência não são levadas a sério. Não surpreende que ano após ano todo a classe empresarial peça e aguarde por um novo Refis.

O culpado sempre é a crise econômica. Mas, na verdade, o não pagamento é resposta ótima do empresariado, que leva em consideração que as renegociações são, em geral, muito mais favoráveis do que o pagamento em dia.

Falta um entendimento básico à classe política de que planos de renegociação de dívidas geram incentivos ao não pagamento, e, por conseguinte, a uma interminável pressão por novas renegociações. A constante edição de programas dessa natureza estimula a cultura da inadimplência, lesa os cofres públicos e direciona recursos para políticas pouco

eficazes.

No Brasil, quem honra os seus compromissos e quita seus **impostos** em dia é um péssimo empresário, pois atua contra o interesse do próprio negócio ao ignorar os futuros programas de parcelamento especial. Bom mesmo é ser mau pagador.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49794&anchor=6448680&pd=afee87e5b947f3f6d52f9ecfb2053505>

Servidores de 40 categorias prometem ir para a rua hoje

BRASÍLIA

As vésperas do prazo final para sanção do Orçamento 2022 aprovado pelo Congresso, servidores de mais de 40 categorias vão às ruas hoje e prometem paralisar temporariamente alguns órgãos federais em protesto ao governo do presidente Jair Bolsonaro, na tentativa de reajuste salarial e reestruturação de carreiras.

O Presidente tem até sexta-feira para sancionar a Lei Orçamentária de 2022, que tem previsão de R\$ 1,7 bilhão para aumento do funcionalismo, inicialmente prometido para policiais, que fazem parte de sua base de apoio. Entretanto, Bolsonaro tem sido pressionado a recuar e não conceder reajuste a nenhuma categoria.

Dois atos estão previstos para serem realizados: às 10 horas, em frente à sede do Banco Central, em Brasília, e às 14 horas, em frente ao prédio do Ministério da Economia, na Esplanada dos Ministérios. O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) estima que cerca de 1.000 servidores devem comparecer aos protestos em Brasília, além das manifestações virtuais.

No Banco Central, por exemplo, metade dos 3.500 servidores do órgão deve paralisar as atividades entre 10 horas e 12 horas, segundo o Sindicato Nacional dos Funcionários do BC (Sinal)- Os serviços essenciais serão mantidos, mas o presidente do sindicato, Fábio Faiad, afirma que alguns outros serviços podem ser afetados, como atendimento ao público, distribuição de dinheiro e acesso dos bancos a sistemas de informação.

Além do Banco Central, participam da mobilização carreiras da **Receita Federal**, Tesouro Nacional, professores, auditores fiscais agropecuários, entidades ligadas aos Poderes Legislativo e Judiciário e outras. Como há uma promessa de reajuste à polícia, categorias ligadas à segurança não vão aderir ao movimento.

"É um processo dinâmico. A ideia é fazer uma mobilização de êxito e, então, observar como o Executivo vai se comportar. A depender, a mobilização será ampliada e as carreiras podem entrar em greve a partir de fevereiro", afirmou Rudinei Marques, presidente da Fonacate.

Além da paralisação de hoje, as categorias aprovaram mais atos nos dias 25 e 26 e há um indicativo de greve geral para fevereiro.

Estado vai ter ato só em fevereiro

No Estado, o Sindicato dos Servidores Federais pretende fazer paralisação a partir de fevereiro. Cerca de 7 mil profissionais devem aderir ao protesto, segundo o presidente do sindicato, Carlos Chácara. Um dos pedidos é o reajuste salarial de 28,86%. Chácara afirmou que o sindicato vai tentar mobilizar mais servidores para o movimento.

Prova de força entre servidores e governo

Fernanda stricklandLuana Patriolino

A primeira de três paralisações de **servidores públicos**, marcada para acontecer hoje, será um teste para avaliar a força do funcionalismo no embate com o governo por recomposição salarial. Liderado por representantes da elite do funcionalismo, o movimento cobra aumento de até 28,15% nos contracheques e ganhou força após o presidente Jair Bolsonaro prometer verba apenas para corrigir os vencimentos de policiais.

De acordo com estimativa do Ministério da Economia, cada 1% de reajuste salarial implica aumento de R\$ 3 bilhões nas despesas. Assim, caso a reivindicação seja atendida, o custo para os cofres públicos seria de R\$ 84,45 bilhões por ano. O Orçamento de 2022 prevê apenas R\$ 1,7 bilhão para reajustes salariais ? exatamente o dos policiais, base política de apoio do presidente.

Os atos de hoje foram inicialmente convocados pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que reúne grupos de auditores fiscais da Receita, servidores do Banco Central, diplomatas e outros. Na última sexta-feira, a mobilização recebeu o reforço do Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos Federais** (Fonasefe), que representa leque mais amplo de carreiras, inclusive aquelas com menores salários, e promete participar do ato.

Atos

As manifestações estão marcadas para começar às 10h desta terça-feira na frente do Banco Central e continuar às 14h no Ministério da Economia. O Fonacate espera participação de, ao menos, 29 categorias, segundo levantamento atualizado na noite de ontem.

Os fóruns e associações que organizam o ato representam 1,2 milhão de servidores em todo o país. A expectativa, segundo líderes sindicais, é de que a mobilização seja a maior desde 2015. O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, explicou que considera esse momento decisivo para o início da luta do funcionalismo por aumento de salários. "A mobilização começa agora, mas só se encerra com a recomposição salarial", afirmou.

Greve geral

Segundo Marques, o principal objetivo dos atos de hoje é abrir um canal de discussão com o governo. "Depois, a mobilização prossegue para que nós tenhamos uma primeira proposta de recomposição. Se isso não ocorrer até a primeira semana de fevereiro, vamos avaliar a possibilidade de uma greve geral do serviço público", afirmou.

O cientista político Nauê Bernardo destacou que a unidade da categoria, que será colocada à prova hoje, é parte integrante da busca por recomposição salarial. "Isso pode ser o início de uma mobilização para exigir melhorias a um eventual novo governo", disse. Bernardo observa que a greve é ruim para o governo federal. "Ela força uma tomada de decisão e gera uma crise a partir de uma medida que visava beneficiar a base do governo. Atrai a contrariedade da opinião pública em um momento já tenso e impacta a prestação de serviços aos cidadãos", avaliou.

"Vamos ter um momento artístico para abrir a mobilização", ironizou o presidente do Fonacate. "Estamos levando bonecos com a caricatura do ministro da Economia, Paulo Guedes, em alusão aos milhões de dólares que ele tem em paraísos fiscais." Segundo Rudinei Marques, o movimento tem adesão expressiva de carreiras dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

"Estarão conosco os analistas de comércio exterior; servidores do Itamaraty; especialistas em políticas públicas e gestão governamental; auditores fiscais e agropecuários; auditores e técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tesouro Nacional; oficiais da inteligência; servidores das agências reguladoras; funcionários do Banco Central; servidores da Comissão de Valores Mobiliário (CVM); peritos federais agrários; e servidores da Superintendência de Seguros Privados (Susep)", listou Marques.

Dentro do movimento, há percepções diferentes sobre o movimento. Dirigentes da Condsef disseram que pretendem entregar, no Ministério da Economia, uma reivindicação de reajuste emergencial de 19,99% ? o que corresponde à **inflação** dos três anos de governo Bolsonaro. Caso a reivindicação não seja aceita, a ideia é deflagrar greve a partir de 14 de fevereiro ? com o restante do funcionalismo público, que planeja cruzar os braços de forma generalizada.

Diálogo

O secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo da

Silva, ponderou que a intenção da entidade é esgotar todas as tentativas de diálogo antes de partir para uma greve. "Queremos dialogar antes de ir para o conflito. Até agora, o governo não sinalizou pelo diálogo. Nós temos um prazo que vai até 3 de abril, e acreditamos que, até lá, temos como instituir um consenso. Caso não tenha retorno, vamos nos reunir no dia 27 e depois declarar greve a partir de 14 de fevereiro", disse.

"Estamos construindo as etapas até para não ter ilegalidade. A Justiça pede isso. A gente só pode deflagrar uma greve quando o diálogo for esgotado. Esperamos que o governo tenha disposição para nos ouvir. Foi isso que construímos na sexta-feira. Esse dia 18 vai ser um dia nacional de luta e esperamos construir uma plataforma de diálogo", reiterou Silva.

Volta ao trabalho remoto na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou ontem que, devido ao aumento dos casos de covid-19, a Casa voltará a adotar o modelo de trabalho remoto para os funcionários. Em princípio, segundo ele, a medida vai durar até o carnaval. O Congresso está em recesso legislativo até o fim do mês, mas há profissionais de áreas técnicas e administrativas que seguem trabalhando presencialmente.

Ao visar reajuste, servidores federais vão às ruas hoje

Além da paralisação prevista para hoje, 18, as categorias também já aprovaram mais atos nos dias 25 e 26 de janeiro

Às vésperas do prazo final para sanção do Orçamento deste ano aprovado pelo Congresso Nacional, servidores de mais de 40 categorias vão às ruas hoje, 18, e prometem paralisar temporariamente alguns órgãos federais em protesto ao governo de Jair Bolsonaro (PL), na tentativa de reajuste salarial e reestruturação de carreiras.

Bolsonaro tem até sexta-feira, 21, para sancionar a lei orçamentária de 2022, que tem previsão de R\$ 1,7 bilhão para aumento do funcionalismo, inicialmente prometido para policiais, que fazem parte de sua base de apoio. O presidente, entretanto, tem sido pressionado a recuar e não conceder reajuste a nenhuma categoria.

Dois atos estão previstos para serem realizados: às 10h, em frente à sede do Banco Central, em Brasília, e às 14h, em frente ao prédio do Ministério da Economia, na Esplanada dos Ministérios.

O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) estima que cerca de mil servidores devem comparecer aos protestos em Brasília, além das manifestações virtuais.

No Banco Central, por exemplo, metade dos 3,5 mil servidores do órgão devem paralisar as atividades entre 10h e 12h, segundo o Sindicato Nacional dos Funcionários do BC (Sinal). Os serviços essenciais serão mantidos, mas o presidente do sindicato, Fábio Faiad, afirma que alguns outros serviços podem ser afetados, como atendimento ao público, distribuição de dinheiro e acesso dos bancos a sistemas de informação.

Além do Banco Central, participam da mobilização carreiras da **Receita Federal**, Tesouro Nacional, professores, auditores fiscais agropecuários, entidades ligadas aos Poderes Legislativo e Judiciário e outras. Como há uma promessa de reajuste à polícia, categorias ligadas à segurança não vão aderir ao movimento.

"É um processo dinâmico. A ideia é fazer uma mobilização de êxito e, então, observar como o Executivo vai se comportar. A depender, a mobilização

será ampliada e as carreiras podem entrar em greve a partir de fevereiro", afirmou Rudinei Marques, presidente da Fonacate, que confirmou a presença de 19 categorias nos atos. O fórum representa diversas carreiras, de áreas como fiscalização agropecuária, tributária e de relação de trabalho, arrecadação, finanças e controle, gestão pública e comércio exterior.

Além da paralisação prevista para hoje, 18, as categorias também já aprovaram mais atos nos dias 25 e 26 e há um indicativo de greve geral para fevereiro.

De maneira geral, os servidores pedem a recomposição da **inflação** nos anos em que os salários ficaram congelados. A maioria do funcionalismo teve o último reajuste em 2017, mas algumas categorias receberam aumento em 2019. Na iniciativa privada, em que não há privilégio como a estabilidade no emprego, os reajustes nos últimos anos também não recompuseram a **inflação**.

ACUMULADO Entre 2017 e 2021, o IPCA acumulou alta de 28,15%. Cada 1 ponto porcentual de reajuste linear para os servidores federais, custaria entre R\$ 3 e R\$ 4 bilhões para os cofres públicos, nos cálculos do diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, resiste ao reajuste e, conforme mostrou o Estadão na última semana, recomendou a Bolsonaro que o Executivo não deve reestruturar nenhuma carreira este ano.

Internamente, na última semana, o governo tenta se defender com argumentos legais para justificar a não concessão de reajuste aos **servidores públicos** federais neste ano. O principal deles é a eleição: está vedada a "revisão geral" da remuneração de servidores nos 180 dias anteriores ao pleito.

Publicamente, o presidente demonstrou no início deste mês que pode recuar em relação ao reajuste prometido aos policiais.

Bolsonaro chegou a dizer que "pode ser que não tenha reajuste para ninguém", o que levou a uma imediata reação de categorias representativas de policiais vinculados à União, como os federais e rodoviários.

Com a promessa de Bolsonaro, a polícia não comparecerá aos atos nesta terça-feira.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37057&edicao=119237>

Por reajuste, ato da elite ganha adesão de ampla base

Servidores preparam uma mobilização nacional nesta terça-feira (18) para pedir reajuste geral de salários, após o governo Jair Bolsonaro (PL) ter reservado recursos para beneficiar apenas policiais, que integram a base do presidente.

Os atas foram inicialmente convocados pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) . que reúne grupos com forte poder de pressão, como auditores fiscais da Receita, servidores do Banco Central, diplomatas, entre outros.

A mobilização agora recebe o reforço do Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais), que representa leque mais amplo de carreiras, inclusive aquelas com menores salários, e vai participar do ato.

A manifestação começará às 10h na frente da sede do BC, em Brasília. Mais tarde, às 14h, o ponto de encontro será no Ministério da Economia, de onde despacha Paulo Guedes.

O ministro é contra a concessão de reajustes generalizados. No entanto, ele cedeu a Bolsonaro ao pedir ao Congresso uma reserva de recursos no Orçamento de 2022 para atender aos policiais federais. O valor aprovado é de R\$ 1,7 bilhão. Embora o recurso não esteja carimbado, policiais têm dado indicações públicas de que não aceitarão recuo de Bolsonaro. (fp)

Site: <https://opopular.com.br/digital/18-janeiro-2022/1o-caderno>

SERVIDORES Carf suspende julgamentos

Brasília - O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** anunciou a suspensão das sessões de janeiro em razão da mobilização da **Receita Federal**, o que levou o órgão à falta de quórum. E para hoje, 40 categorias de servidores federais planejam mobilizações relacionadas com reajustes. O **Carf** tem quase R\$ 1 trilhão de créditos tributários pendentes de julgamento e voltaria a se reunir presencialmente no início deste mês, quando os processos de maior valor, suspensos desde o início da pandemia do coronavírus, voltariam a ser julgados.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10221>

Prazo para regularização de débitos deve ser ampliado

Os negócios de pequeno porte e os microempreendedores individuais (MEIs) poderão ganhar mais dois meses para regularizarem os débitos com o Simples Nacional - regime especial de tributação para micro e pequenas empresas. Na próxima sexta-feira, o Comitê Gestor do programa discutirá o adiamento do prazo de 31 de janeiro para 31 de março.

A regularização dos débitos é necessária para os micro e pequenos empresários e os profissionais autônomos continuarem no Simples Nacional. Em nota, a **Receita Federal**, que integra o Comitê Gestor, informou que a medida tem como objetivo ajudar os negócios afetados pela pandemia de Covid-19.

"Neste momento de retomada da economia, a deliberação do Comitê Gestor do Simples Nacional visa propiciar aos contribuintes do Simples Nacional o fôlego necessário para que se reestruturarem, regularizem suas pendências e retomem o desenvolvimento econômico afetado devido à pandemia da Covid-19", destacou o **comunicado**.

Apesar da prorrogação para o pagamento ou a renegociação de dívidas, o prazo de adesão ao Simples Nacional continua sendo 31 de janeiro. Segundo a Receita, essa data não pode ser prorrogada por estar estabelecida na Lei Complementar 123/2006, que criou o regime especial.

Tradicionalmente, quem não pagou os débitos é retirado do Simples Nacional em 1º de janeiro de cada ano. As empresas excluídas, no entanto, têm até 31 de janeiro para pedir o regresso ao Simples Nacional, desde que resolvam as pendências até essa data.

O processo de regularização deve ser feito por meio do Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte da **Receita Federal** (e-CAC), requerendo certificado digital ou código de acesso. O devedor pode pagar à vista, abater parte da dívida com créditos tributários (recursos que a empresa tem direito a receber do Fisco) ou parcelar os débitos em até cinco anos com o pagamento de juros e multa.

Compensação - Essa é a segunda medida tomada pelo governo para compensar o veto à lei que criaria um programa especial de renegociação para os contribuintes do Simples. No último dia 11, a

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) criou dois programas para renegociar débitos do Simples inscritos na dívida ativa, quando o contribuinte é negativado e passa a ser cobrado na Justiça.

O presidente Jair Bolsonaro vetou a renegociação de dívidas com o Simples Nacional.

Na ocasião, o presidente alegou falta de medida de compensação (elevação de **impostos** ou corte de gastos) exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a proibição de concessão ou de vantagens em ano eleitoral.

O projeto vetado beneficiaria 16 milhões de micro e pequenas empresas e de microempreendedores individuais. A renegociação da dívida ativa abrangerá um público menor: 1,8 milhão de contribuintes, dos quais 1,64 são micro e pequenas empresas e 160 mil são MEIs.

Criado em 2007, o Simples Nacional é um regime tributário especial que reúne o pagamento de seis **tributos** federais, além do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), cobrado por estados e pelo Distrito Federal, e do Imposto Sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios. Em vez de pagar uma alíquota para cada tributo, o micro e o pequeno empresário recolhem, numa única guia, um percentual sobre o faturamento que é repassado para os três níveis de governo. Somente as empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano podem optar pelo regime.

Assento - O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), de forma inédita, vai assumir um assento no Comitê Gestor do Simples Nacional. Essa conquista foi assegurada por meio do PLP 147/2019, que criou o MEI Caminhoneiro, e transformou-se na Lei Complementar nº 188/2021 (regulamentada pelo Decreto 10.938 publicado na última sexta-feira. A instituição já havia apresentado esse pleito por diversas vezes, sem nunca alcançar êxito.

Na avaliação do presidente do Sebrae, Carlos Melles, a medida vai trazer mais equilíbrio às decisões do Comitê. "Até então, esse colegiado era composto unicamente por representantes das administrações tributárias da União, Estados e Municípios.

Com a inclusão do Sebrae, além de representantes da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais, o Comitê Gestor do Simples Nacional passa a contar com a participação efetiva de instituições que defenderão os interesses e os direitos dos pequenos negócios brasileiros", avalia. Melles destaca ainda a importância da inovação implementada pela Lei Complementar 188, que determina que as resoluções serão aprovadas por três quartos dos membros, mas decisões que retirem ocupações do MEI terão que ser tomadas por unanimidade.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-18-01-2022/>

Receita adia retorno presencial

Diante do aumento do número de contaminados pela Covid-19, em especial os causados pela variante Ômicron, a **Receita Federal** decidiu adiar para 31 de março próximo o retorno dos servidores e empregados públicos de seu quadro à modalidade presencial.

A portaria que prevê o adiamento da volta de servidores foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. Com isso, o trabalho continua home-office. Inicialmente, a previsão é de que o retorno de todos os servidores e empregados públicos se daria até 31 de dezembro de 2021. De acordo com a portaria, caberá aos titulares de unidades assegurar a preservação das atividades e o funcionamento de serviços de natureza presencial, até a nova data de retorno aos trabalhos presenciais.

Também cabe a eles assegurar a preservação das atividades, bem como o funcionamento dos serviços considerados de natureza presencial.

Regularização de débitos Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) se reunirá, na próxima sexta-feira, para discutir sobre a prorrogação do prazo de regularização de pendências de débitos.

Caso a resolução seja aprovada, ela beneficiará as empresas que formalizarem a opção até o dia 31 de janeiro pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de **Tributos** e Contribuições

Tratando igualmente os brasileiros (Artigo)

Bernard Appy

Um dos grandes desafios de nosso modelo de **seguridade social** é o de tratar todos os brasileiros da forma mais isonômica possível. Pela nossa legislação, uma empregada doméstica que trabalha três ou mais dias por semana em uma casa deve ser registrada e tem direito a benefícios previdenciários e trabalhistas. Já uma diarista que trabalha um ou dois dias por semana na mesma casa não precisa ser registrada e, para ter acesso a benefícios previdenciários, precisa contribuir como autônoma - o que quase nenhuma faz. Essa mesma distorção se reproduz em uma série de outras situações em que os trabalhadores atuam de forma autônoma, inclusive no caso dos motoristas de aplicativos.

É verdade que a legislação permite que a maioria dos autônomos (inclusive a diarista) se inscreva como microempreendedores individuais (MEIs). No entanto, o número de MEIs ainda é restrito ante o número de informais, e o grau de inadimplência entre os optantes é extremamente elevado. Adicionalmente, o menor custo tem incentivado a substituição de trabalhadores formais por MEIs, precarizando as relações de trabalho.

A melhor forma de viabilizar a formalização previdenciária dos trabalhadores de menor renda, sem gerar distorções, é adotar uma regra uniforme de contribuição para todos e reduzir muito o custo das contribuições incidentes sobre o primeiro salário mínimo (SM), mantendo alíquota mais elevada para a parcela da remuneração superior a 1 SM. A título de exemplo, a alíquota da contribuição do empregado/autônomo sobre o primeiro SM poderia ser reduzida a 3% e a do empregador/contratante, a 6%.

No caso de uma diarista que trabalha em quatro casas recebendo R\$ 500 por mês em cada uma, por exemplo, cada empregador recolheria por mês R\$ 45 (incluindo a parcela da diarista) e o benefício seria proporcional a uma contribuição de R\$ 180.

A proposta é que a regra fosse a mesma para todos os trabalhadores, inclusive para os trabalhadores formais e os MEIs. É possível considerar, no entanto, uma transição mais rápida para os autônomos hoje desprotegidos e mais lenta para os demais trabalhadores.

Obviamente esse modelo tem um custo fiscal elevado.

Mas é perfeitamente possível financiá-lo corrigindo distorções hoje existentes na tributação da renda.

A proposta não resolve todas as questões trabalhistas relativas a diferentes relações de trabalho, mas avança ao contribuir para um tratamento mais equitativo de todos os brasileiros - ao menos no acesso a benefícios previdenciários.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ação no Supremo contra mudança nos precatórios

Chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.064 contra as alterações no regime constitucional de precatórios, aprovadas pelo Congresso Nacional no final de 2021. Os precatórios são pagamentos devidos pelo poder público em razão de sentenças judiciais definitivas. A ação foi ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e por quatro entidades que representam **servidores públicos**. Um dos pontos questionados é a imposição de limite para o pagamento de precatórios entre 2022 e 2026. De acordo com a Emenda Constitucional (EC) 114, os recursos para o pagamento das requisições judiciais nesse período ficarão limitados ao valor atualizado da despesa paga no exercício de 2016. A medida, segundo as entidades, reduz de R\$ 89 bilhões para cerca de R\$ 45 bilhões o valor dos precatórios a ser pago pela União em 2022 e institui um subteto que adia indefinidamente o pagamento dos requisitórios que superem esse valor.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-18-01-2022/>

LIRA CRITICA GOVERNADORES POR DESCONGELAMENTO DO ICMS

MARCOS RODRIGUES REPÓRTER

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas), um dos maiores articuladores do processo eleitoral do Estado, saiu dos bastidores para criticar a postura dos governadores que anunciaram que vão descongelar o valor do ICMS dos combustíveis no final do mês de janeiro.

Certo de que o tema será explorada nas próximas eleições, ele disse que a atitude é eleitoreira e destacou que, enquanto presidente da Câmara dos Deputados, trabalhou pela aprovação de uma proposta para conter a alta dos preços para o consumidor.

A reclamação, que ganhou repercussão nacional, foi feita em suas redes sociais e logo foi parar nas principais agências de notícias do País. Essa também tem sido a postura adotada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), que transferiu para os estados a responsabilidade de controlar o aumento nas bombas, independente da política atrelada praticada pela Petrobras que regula os preços com base na variação do dólar e dos preços do petróleo no mercado internacional.

Lira também responsabilizou o Senado Federal pelo engavetamento da proposta aprovada na Câmara dos Deputados. Em sua avaliação, por causa dos interesses nas eleições, seja para a reeleição de um terço da Casa ou pela entrada de uma parte dos senadores nas disputas pelo executivo em seus estados a matéria não prosperou.

Certo de que a disparada dos preços pode ter reflexos na imagem do presidente Bolsonaro, ele já apontou também onde estão outros responsáveis pela complexa matemática que acaba interferindo no preço final. Conforme lembrou, cada estado pratica sua própria política tributária, o que, somada aos **impostos** federais e à adição dos gastos do País para importação, acabam formando o valor pago por litro.

Por isso, a Câmara teria tentado instrumentalizar de forma legal um mecanismo para que pudesse provocar a redução tributária com segurança jurídica. Mas que a intervenção dos defensores da "política de mercado" acabou interferindo no avanço da matéria. Ele lembrou que entre as críticas surgidas diziam que a medida tinha caráter intervencionista e que ainda era

eleitoreira, já que do ponto de vista político iria diminuir a pressão sobre a política econômica do governo.

A provocação de Lira foi respondida pelo governador do Piauí, Wellington Dias, que num vídeo saiu em defesa dos governadores afirmando que defendem o descongelamento do ICMS porque o imposto tem impacto na política de arrecadação e que a **Reforma Tributária** que tramita na Câmara não avançou para criar novas alternativas.

O deputado estadual Cabo Bebeto diz que a decisão de não renovar o congelamento do ICMS combustíveis vai gerar novos reajustes. "Não me impressiona a atitude tomada pela maioria dos governadores, já que eles fazem sempre esse jogo de colocar o aumento na conta do Presidente, ainda mais em ano eleitoral", afirma o parlamentar. Para ele, o mais coerente e benéfico para a população seria prorrogar o congelamento para que houvesse tempo de retomar os trabalhos no Congresso e que fosse novamente discutido um projeto para reduzir a instabilidade no preço dos combustíveis.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4639>

Pacheco vai pautar projeto da redução de preços

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ao Estadão/ Broadcast que pretende pautar um projeto para diminuir os impactos da alta no preço dos combustíveis.

De acordo com ele, o tema será submetido aos líderes da Casa em fevereiro, após a volta do recesso parlamentar.

"Submeterei à avaliação do colégio de líderes no início de fevereiro. A intenção é pautar. O senador Jean Paul Prates será o relator e está se dedicando muito ao tema", afirmou Pacheco após o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), cobrar a votação de uma proposta aprovada pelos deputados no ano passado e que ficou parada no Senado.

Lira criticou a postura de governadores em relação ao preço dos combustíveis e afirmou que cobranças sobre o tema precisam ser dirigidas ao Senado. Os governadores decidiram encerrar o congelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. O presidente da Câmara classificou a decisão como eleitoreira e disse que os governadores acusam o Executivo e o Congresso "para fazer uma cortina de fumaça".

Em nota, a assessoria do presidente do Senado citou um projeto da bancada do PT como proposta para reduzir o preço dos combustíveis.

A Câmara aprovou um projeto que muda o modelo de cobrança do ICMS, imposto arrecadado pelos Estados, sobre os combustíveis. A proposta, no entanto, foi criticada por governadores e enfrentou resistências no Senado.

CAE Em dezembro, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa aprovou outro texto, criando um programa de estabilização do valor do petróleo e derivados no Brasil e forçando uma alteração na política de preços da Petrobras.

O projeto propõe um novo modelo para o cálculo dos combustíveis, levando em conta os custos internos de produção e de importação, além dos preços no mercado internacional. Além disso, autoriza o governo a criar um "colchão" para amenizar o impacto nos preços com recursos de algumas fontes, como os dividendos da Petrobras devidos à União.

O relator afirmou que o preço do litro da gasolina pode cair em até R\$ 3 em 40 dias se o projeto for aprovado. "É no mínimo um equívoco do presidente da Câmara, Arthur Lira, querer atribuir ao Senado a responsabilidade pelo preço absurdo dos combustíveis.

É o Senado que está trabalhando em uma solução completa para pôr fim a essa escalada que tanto penaliza os brasileiros", disse Jean Paul, em nota.

De acordo com o senador, o conjunto de medidas pautadas no plenário do Senado pode baixar em até R\$ 20 os valores do gás de cozinha e em "até R\$ 2 a R\$ 3 o preço da gasolina e do diesel, num prazo de 40 dias após sua aprovação." Os dois projetos ainda passarão por discussão entre os senadores e os governadores.

A proposta de Lira, criticada pelos Estados, será discutida "não como panaceia, que não existe, mas num esforço articulado de dar mais segurança e previsibilidade ao setor", afirmou o parlamentar.

-

Reforma tributária está cercada por impasses

Aposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em 2022, a aprovação da **reforma tributária** está cercada de dúvidas no Senado.

Líderes partidários e integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa dizem que há um esforço para o texto ser pautado em fevereiro no colegiado, mas o desfecho é incerto.

Há resistências entre Estados e municípios e setores da economia e, além disso, senadores desconfiam se há real interesse do governo em aprovar a proposta. Falas recentes do presidente Jair Bolsonaro reforçam a percepção de falta de empenho para a reforma. Em entrevistas na véspera de Natal e na semana passada, o chefe do Planalto disse duvidar da aprovação de reformas neste ano.

Além do período eleitoral, há outras dificuldades para a votação do relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentado pelo senador Roberto

Rocha (PSDB-MA), como a possibilidade de capitais e alguns Estados saírem perdendo na unificação de **impostos** e na mudança no modelo de cobrança de **tributos**. A aposta hoje é que a reforma pode até ser aprovada na CCJ, mas as chances diminuem no plenário e praticamente não existem na Câmara, que também precisa dar aval à mudança.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37057&edicao=119237>

Em dezembro, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (DEM-AP), prometeu pautar a reforma na comissão em fevereiro, com a retomada dos trabalhos após o recesso parlamentar. Em movimentação para uma candidatura ao Planalto, Pacheco decidiu encampar a proposta como bandeira de sua gestão à frente do Senado, mas admitiu dificuldades e tem evitado se comprometer com um prazo para a votação.

"Se a onda da Ômicron, que está infectando muita gente, continuar, não haverá reuniões presenciais e aí não tem reforma. O próprio presidente (Bolsonaro) declarou que ele passou 30 anos no Congresso e sabe que em ano eleitoral não aprova nada", afirmou o senador Omar Aziz (PSD-AM), vice-líder do PSD no Senado e titular da CCJ.

HISTÓRICO A reforma que tramita na CCJ do Senado é a PEC 110, concebida pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly e protocolada por senadores em 2019. A PEC 45, de autoria do economista Bernard Appy e apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) na Câmara, ficou na gaveta.

O governo, por sua vez, apresentou outro projeto, criando uma nova contribuição federal e unificando PIS e Cofins.

A divisão da reforma em três propostas foi um dos impasses desde o começo do mandato de Bolsonaro, na avaliação de parlamentares.

O senador Plínio Valério (PSDB-AM), outro titular da comissão, afirmou que não vê empenho do governo para aprovar a reforma no Senado. "É um ano eleitoral, mas é necessária. Uma reforma só é difícil sair, imagina três, a do governo, a do Senado e da Câmara. É um assunto inevitável, não podemos mais fugir.

Quando digo que não noto interesse, é porque não vi ninguém do governo tocar nesse assunto."

- "Submeterei à avaliação do colégio de líderes no início de fevereiro.

A intenção é pautar. O senador Jean Paul será o relator e está se dedicando." RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado

Investidor deixa Brasil de lado

O Brasil despencou na preferência dos investidores. Em 2013, o país era o terceiro na lista dos mais interessantes para os executivos de empresas de investimentos. Agora, ocupa a 10ª posição, sendo considerado estratégico na opinião de apenas 5% dos entrevistados de pesquisa da consultoria PwC, que realiza estudos anualmente com CEOs globais.

No ano passado, o Brasil estava na 8ª posição, mas foi superado por Canadá e Austrália. Em primeiro lugar no levantamento estão os Estados Unidos (41% das respostas), seguidos por China (27%) e Alemanha (18%). Os motivos para o desencanto com o Brasil estão relacionados à baixíssima expectativa de crescimento econômico, ao cenário político local e à questão ambiental ? apenas 27% das empresas nacionais adotaram a meta de emissão de carbono zero. Assim, o país perdeu relevância no mercado, avalia o presidente da PwC, Marco Castro.

Na visão de 69% dos participantes do estudo, a instabilidade macroeconômica é a principal preocupação, além de riscos cibernéticos (50%). As altas taxas de desemprego e o temor de instabilidade ainda maior com a aproximação das eleições também afetam o desempenho do país. A análise faz sentido, visto que opiniões coletadas pelo Boletim Focus do Banco Central, por exemplo, preveem crescimento para 2022 de cerca de apenas 0,29% ? número que vem caindo desde os primeiros dias do ano.

A situação também tem levado empresas estrangeiras a deixar o país. É o caso da montadora Ford, das operações da Mercedes-Benz na cidade de Iracemápolis (SP) e da produção de TVs, áudio e câmeras da Sony. Apesar da cena geral negativa, um setor segue otimista: o de private equity. A postura tem a ver com o grande número de fusões e aquisições no ano passado, que movimentaram mais de US\$ 5,6 trilhões. No Brasil, o aumento nesse tipo de operação foi de 52%.

Vale lembrar, no entanto, que dados do FMI e de outras grandes consultorias e instituições financeiras apontam que o Brasil deve ter o pior desempenho entre 12 países emergentes, com previsão de alta de 1,5% no **PIB**, contra 5,1% para os outros 11.

O economista William Baghdassarian explicou que esses investidores são relevantes porque temos um problema de financiamento externo. "Exportamos mais do que importamos, mas, quando pegamos toda o balanço, precisamos de recursos externos para fechar

a conta. Os valores são elevados, de US\$ 50 bilhões a US\$ 80 bilhões, dependendo do ano." Além disso, desde 2014 o país não tem superávit nas contas públicas. "Isso resulta numa capacidade cada vez menor do país em fazer investimento público", destaca Baghdassarian. "Aqui, há muito tempo não temos episódios, por exemplo, de repúdio de dívida. Porém, sistematicamente o governo muda as regras do jogo, tornando a economia não amigável para investidores", comentou.

O economista ressalta que, em vez de trazer estabilidade e confiança para a economia, o presidente da República acaba gerando muita incerteza. "No 7 de setembro do ano passado, ele juntou milhares de caminhoneiros em Brasília com a expectativa de que invadiriam o Supremo", exemplificou Baghdassarian. Para ele, o investidor não vai ser "maluco" de investir em um país que tenha essas ações.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Folha lança calculadora de inflação para IPCA, IGP M, INPC e INCC

Raphael Hernandes

A Folha lançou nesta segunda (17) a "calculadora da inflação", que permite corrigir valores com base em quatro índices. A ferramenta aparecerá em reportagens sobre o tema.

A calculadora usa dados do Banco Central, o que possibilita a conversão de valores a partir de 1944. O leitor pode, por exemplo, checar quanto R\$ 1.000 atuais equivalem na década de 50 (em cruzeiros) ou então ver o quanto R\$ 300 de 2010 passaram a valer em 2015.

Para isso, basta inserir o valor que se deseja alterar, bem como as datas inicial e final. O sistema então informa os valores corrigidos e a variação percentual.

Os índices usados pela calculadora são: IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo); IGP-M (índice Geral de Preços - Mercado); INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor); e INCC (índice Nacional de Custo da Construção).

Na última terça-feira (11) O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou os dados do IPCA relativos ao ano de 2021, apontando uma variação de 10,06% no índice -a maior alta para o período de janeiro a dezembro desde 2015. Os números atualizados já constam na calculadora da Folha.

A ferramenta é lançada em um momento em que o Brasil enfrenta um avanço generalizado nos preços, que afeta sobretudo os mais pobres. Uma sucessão de choques vista ao longo do ano passado está por trás da escalada dos preços.

Depois de desalinhar cadeias produtivas globais, a pandemia de Covid-19 seguiu provocando escassez de insumos no mercado internacional em 2021.

No Brasil, a pressão foi intensificada pela desvalorização do real ante o dólar. A moeda americana subiu em meio a turbulências na área política protagonizadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49794&anchor=6448680&pd=afee87e5b947f3f6d52f9ecfb205>

3505

Nada a comemorar no front fiscal (Artigo)

Felipe Salto, DIRETOR EXECUTIVO DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI) E RESPONSÁVEL POR SUA IMPLANTAÇÃO. AS OPINIÕES NÃO VINCULAM A INSTITUIÇÃO

Mansueto Almeida é um dos especialistas em contas públicas mais respeitados do País. Temos um livro juntos, publicado pela Editora Record, em 2016, que documenta parte dos problemas da política fiscal no período da contabilidade criativa (2008 a 2014).

Neste artigo, faço um contraponto ou complementação a algumas das posições que ele defendeu em recente entrevista ao Estado.

Não houve uma melhora estrutural nas contas públicas, exceto pela aprovação da reforma da previdência. É importante destacar, sim, que as projeções mais pessimistas para a dívida pública foram frustradas, mas também é essencial compreender que o fator preponderante a explicar o nível mais baixo da dívida bruta no fim de 2021 foi a **inflação**. Quando algo "positivo" deriva de algo ruim, como a alta descontrolada dos preços, não há o que aplaudir.

A dívida é sempre calculada como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), normalmente referenciada como "dívida- **PIB**". A intenção é avaliar o passivo do governo ou do setor público como um todo, mas sempre em relação a alguma variável que mensure a geração de renda e riqueza do País, o desempenho econômico.

Dizer que a dívida estava em R\$ 6,8 trilhões, em novembro passado, não revela muito sobre a solvência do Estado. Mas, avaliar esse estoque de dívida em relação ao **PIB**, comparando-o com o mesmo cálculo para um momento passado, ajuda a analisar se o endividamento está subindo em ritmo maior ou menor que o do **PIB**, isto é, da economia, que afeta diretamente a arrecadação do governo e sua capacidade de pagamento, portanto.

O primeiro ponto a destacar na análise da evolução recente da dívida é que estamos com um passivo 30 pontos percentuais de **PIB** superior ao nível médio calculado para os países emergentes. Segundo dado importante: a dívida havia encerrado 2019 (pré-crise pandêmica) em 74,4% do **PIB**. Em novembro passado, último dado disponível, estava em 81,1%. Uma alta expressiva, diga-se desde logo.

Na crise, em 2020, a recessão afetou fortemente o **PIB** (denominador da razão dívida-**PIB**), pelos desdobramentos da covid-19 sobre a produção, a renda e o emprego. Além disso, o déficit primário (receitas menos despesas) piorou, em razão dos gastos novos necessários para enfrentar a doença e suas consequências.

Com déficit maior, o numerador da variável dívida- **PIB** aumentou, já que mais títulos públicos precisaram ser emitidos junto ao mercado (é assim que o governo toma emprestado, como expliquei em colunas anteriores), com a promessa de pagamento de juros. Esses dois fatores turbinaram a dívida bruta, que alcançou pico de 89% do **PIB** em outubro de 2020.

Ainda se constata que a dívida foi afetada permanentemente no pós-crise. Mesmo que o nível do fim de 2021 tenha se situado entre 81,5% e 83,5% do **PIB**, bem mais baixo do que as projeções indicavam em meados de 2020, o quadro fiscal continua bastante intrincado e desafiador.

O fato novo que perpassou o movimento de dívida-**PIB** menor, em 2021, foi a aceleração intensa da **inflação**. Essa dinâmica elevou o **PIB** nominal, entre dezembro de 2020 e novembro de 2021, em mais de 15%. Se esse aumento tivesse sido de 9%, hipoteticamente, com **inflação** mais baixa (e não em dois dígitos), a dívida-**PIB** teria ficado na casa de 86% em novembro. Neste caso, a arrecadação do governo federal e dos Estados e municípios teria apresentado desempenho muito pior e a dívida bruta poderia facilmente ter superado os 90%.

Contudo, o leitor atento poderá arguir que isso não aconteceu e a dívida ficou mais baixa, surpreendendo a todos. É uma parte da história. A outra, igualmente importante, é que o ganho derivado do inchaço do **PIB** e da arrecadação (pela **inflação**) é uma quimera. Isso porque os juros reais (já descontada a expectativa de **inflação**) saltaram de taxas negativas, até o início de 2021, para os atuais mais de 4%. Os juros altos recolocarão a dívida em trajetória de alta. Adiantou "ganhar" com a **inflação** camarada para, em seguida, perder com os juros na estratosfera?

Esse movimento não deriva apenas da alta da Selic, pelo Banco Central, que corretamente vem elevando os juros para conter a **inflação**. Ele reflete também a deterioração das expectativas de mercado, a partir de uma política fiscal destrambelhada, que implodiu o teto de gastos.

Portanto, há, sim, uma dívida bruta menor do que a esperada.

Há, ainda, um resultado positivo nas contas do setor público consolidado em 2021. Mas, a explicar tudo isso, lá nos detalhes, feio o diabo, está a **inflação**, acomodada confortavelmente nas planilhas oficiais. O professor Edmar Bacha já ensinou, em 1994, que o déficit público é ocultado quando há **inflação** alta e crescente. Não estamos, é verdade, num quadro de hiperinflação, mas bastou os preços subirem de modo desordenado para o **PIB** e a arrecadação tributária aumentarem rapidamente.

Nada a comemorar no front fiscal. Ato contínuo à queda da dívida-**PIB**, em 2021, os juros aumentaram.

Mais do que isso, não só a Instituição Fiscal Independente (IFI), mas economistas do mercado e da academia projetam alta da dívida-**PIB** em 2022. A IFI cumpriu o seu papel e alertou para os riscos do flerte com a **inflação**. Agora, é amargar um ano (mais um) de crescimento medíocre. Que 2023 chegue logo.

Felipe Salto, DIRETOR EXECUTIVO DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI) E RESPONSÁVEL POR SUA IMPLANTAÇÃO. AS OPINIÕES NÃO VINCULAM A INSTITUIÇÃO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indicadores apontam estouro da meta e PIB abaixo de 0,3%

Relatório de dezembro do Copom atualiza as projeções para a **inflação**, com estimativas de 4,7% em 2022

Após a divulgação do IPCA, o índice oficial de **inflação**, em 2021 quase o dobro acima do centro da meta que o Banco Central deveria cumprir, a maioria dos economistas do mercado financeiro veem o indicador em 2022 estourando a meta de novo.

A estimativa avançou de 5,03% para 5,09%, segundo o Relatório Focus, divulgado ontem. O objetivo a ser perseguido pelo Banco Central este ano é de 3,50%, com tolerância de 2,0% a 5,0%. Ou seja, o Boletim Focus segue indicando o segundo ano consecutivo de rompimento da meta.

Da mesma forma, a expectativa para o IPCA em 2023 voltou a se elevar, de 3,36% para 3,40% - era 3,40% há quatro semanas.

Em horizontes mais longos, a mediana para 2024 continuou em 3,00%. O Relatório Focus também trouxe pela primeira vez a projeção para 2025, que seguiu em 3,00%.

No **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) de dezembro, o BC atualizou suas projeções para a **inflação** com estimativas de 4,7% em 2022 e 3,2% em 2023. O colegiado elevou a Selic em 1,5 ponto porcentual, para 9,25% ao ano.

PIB O Relatório de Mercado Focus divulgado mostrou aumento marginal na previsão para a expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2022, que passou de 0,28% para 0,29%, após três semanas seguidas de deterioração.

Há um mês, a estimativa era de 0,50%.

Considerando apenas as 33 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o **PIB** no fim de 2022 passou de 0,25% para 0,34%.

Para 2023, a mediana para o **PIB** também avançou, de 1,70% para 1,75% - de 1,85% há quatro semanas.

Para 2024, a estimativa seguiu em 2,00%, mesma projeção de quatro semanas atrás. O Relatório Focus ainda trouxe pela primeira vez a mediana para 2025,

que também continuou em 2,00%. Há um mês, a estimativa de crescimento do **PIB** em 2025 também estava em 2,0%.

SELIC Os economistas do mercado financeiro mantiveram a projeção de 11,75% para taxa Selic no fim de 2022 no Relatório de Mercado Focus. Há um mês, era de 11,50%. Considerando apenas as 50 respostas nos últimos cinco dias úteis, a expectativa para a Selic no fim deste ano também continuou em 11,75%.

Após subir a Selic em 1,50 ponto porcentual, de 7,75% para 9,25% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) indicou, no **comunicado** de dezembro, mais um aumento da mesma magnitude em fevereiro, o que levaria a taxa a 10,75%.

O colegiado ainda garantiu que irá perseverar na estratégia de aperto monetário "até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas", preocupado com o aumento das projeções de **inflação** e o risco de descolamento da **inflação** em prazos mais longos.

No Boletim Focus, o cenário para a taxa básica de juros da economia foi mantida para os anos seguintes.

A estimativa do Focus para a taxa Selic no fim de 2023 continuou em 8,00%, ante igual taxa há quatro semanas.

Para 2024, ficou em 7,00%, mesmo porcentual de um mês atrás. O Relatório ainda trouxe pela primeira vez a mediana para o fim de 2025, que seguiu em 7,00%, igual há um mês.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37057&edicao=119237>